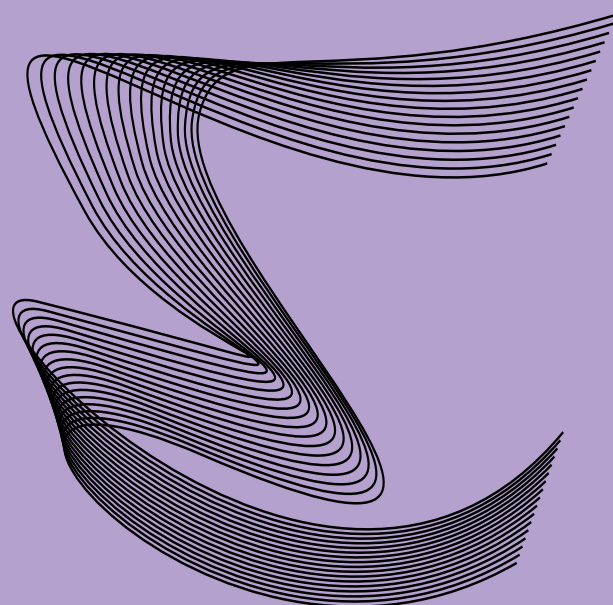




LAESER

Laboratório de Análises Econômicas, Históricas,
Sociais e Estatísticas das Relações Raciais

TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho
metropolitano brasileiro

Ano VI; Vol. 6; nº 4, Abril, 2014

(O Projeto de Lei 6.738/13 e os pretos & pardos no serviço público)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
 2. O Projeto de Lei 6.738/13 e os pretos & pardos no serviço público brasileiro
 3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
 4. Evolução da taxa de desemprego aberto
 5. Evolução da taxa de rotatividade no emprego com carteira assinada
- Anexo. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

1. Apresentação

Com a presente edição, o **LAESER** dá continuidade ao boletim “Tempo em Curso”, agora em seu 54º exemplar. Esta publicação se dedica à análise da evolução dos indicadores do mercado de trabalho nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Da mais ao Norte para a mais ao Sul, estas são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Os indicadores do “Tempo em Curso” se baseiam em duas fontes principais. A primeira delas é a PME, divulgada em formato de microdados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no portal (www.ibge.gov.br). A segunda fonte de dados é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também divulgado em formato de microdados em seu portal (<http://portal.mte.gov.br>). Ambas as bases são tabuladas pelo **LAESER** no banco de dados “Tempo em Curso”.

Como já é habitual, a presente edição conta com uma breve análise da evolução do rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal e da taxa de desemprego. Neste número também são tecidos comentários sobre a evolução da taxa de rotatividade no emprego formal, indicador elaborado a partir dos dados do CAGED.

Na Síntese Estatística, contida no Anexo deste número, são apresentados os principais indicadores que cobrem a situação do mercado de trabalho nas seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, à exceção dos dados do CAGED, que se referem ao Brasil como um todo. To-

dos os indicadores se encontram desagregados pelos grupos de cor ou raça e sexo e estão compreendidos no período entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014.

O tema especial deste mês dialoga com a recente aprovação na Câmara dos Deputados, no dia 26 de março de 2014, do Projeto de Lei (PL) 6.783/13 que “reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.¹

O objetivo deste exercício é justamente o estabelecimento de uma avaliação sobre a efetiva potencialidade de transformação do perfil do funcionalismo público do país, ainda predominantemente branco. Assim, de acordo com a Exposição de Motivos nº 00195/2013 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que acompanha o PL 6.738/13 enviado ao Congresso Nacional, 82% dos 519.369 servidores cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) possuem registro de cor ou raça. Destes, apenas 30% são pretos ou pardos. Considerando que os pretos & pardos representavam, em 2012, 53% da população brasileira, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012, a diferença entre o peso da população preta & parda na sociedade como um todo e no funcionalismo público federal era de aproximadamente 23 pontos percentuais.

Em um primeiro momento, é apresentado brevemente o Projeto de Lei que atualmente está tramitando no Senado em regime de urgência. Sucessivamente, é analisada a classificação ocupacional dos funcionários públicos estatutários brasileiros, desagregados pelos grupos de cor ou raça, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010.

2. O Projeto de Lei 6.738/13 e os pretos & pardos no serviço público brasileiro

2.a O Projeto de Lei 6.738/13

No dia 26 de março de 2014, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 6.738/13, que prevê a reserva aos candidatos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos

¹ Fonte: BRASIL. **Redação Final Projeto de Lei nº 6.738-e de 2013**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

“da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União” (art. 1). O mesmo PL fora aprovado por ampla maioria, com 314 votos favoráveis, 36 contra e 6 abstenções². Até a data de divulgação deste boletim, a proposta ainda estava em tramitação no Senado, onde aguardava votação.

O envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional em regime de urgência, de acordo com o art. 64 da Constituição Federal³, foi anunciado pela Presidenta Dilma, na abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em novembro de 2013. A proposta, elaborada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), visa cumprir o art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que dispõe sobre a adoção de ações “que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra⁴”.

Em seus seis artigos, o PL 6.738/13 discorre sobre o percentual e o modo de operação do sistema de reserva de vagas sancionado:

- A lei será aplicada nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal (art. 1). Ou seja, a mesma não se aplica para o Poder Legislativo e Judiciário.
- A lei será válida para editais oferecendo ao menos três (3) vagas (art. 1, § 1º) e, em caso de valor fracionário, o número de vagas reservadas deverá ser aproximado para mais um, no caso de fração superior ou igual a 0,5; ou para zero, caso o valor seja inferior a 0,5 (art. 1, § 2º).
- A lei terá efeito imediato, a partir do ato de sua publicação, sobre todos os concursos com editais a serem lançados em seus dez anos subsequentes (art. 6).
- As vagas para negros serão reservadas para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos. A declaração de cor ou raça de cada candidato será realizada no momento da inscrição, por meio de autodeclaração, conforme as mesmas categorias utilizadas pelo IBGE,

isto é, branca, preta, amarela, parda e indígena (art. 2).

- Os candidatos pretos e pardos concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas de ampla concorrência (art. 3).
- No caso do candidato autodeclarado preto ou pardo ser aprovado em vagas de ampla concorrência, o mesmo não será computado na ocupação das vagas reservadas (art. 3, § 1º). Desta forma, o percentual previamente estabelecido não constitui um teto para a aprovação de candidatos pretos e pardos.
- Tampouco há um limite mínimo: sendo inferior o número de candidatos pretos e pardos aprovados ao número de vagas reservadas, estas serão revertidas para ampla concorrência (art. 3, § 3º).

Na tramitação do PL na Câmara dos Deputados foram apresentadas seis emendas à matéria: i) Extensão da reserva de vagas aos cargos em comissão; ii) Ampliação do percentual de reserva de vagas para 30%, incluindo indígenas; iii) Alteração da vigência da lei para prazo indeterminado; iv) Preenchimento dos cargos em comissão em percentuais paritários aos pretos, pardos e brancos; v) Ampliação do percentual de reserva de vagas para 50%; vi) Extensão da reserva de vagas para os Poderes Judiciário e Legislativo.

Todas as emendas apresentadas foram rejeitadas.

2.b Considerações metodológicas da pesquisa

Considerando o desenho da proposta de reserva de vaga na administração pública federal direta e indireta, o objetivo desta edição do “Tempo em Curso” é refletir sobre o impacto potencial deste projeto. Tal exercício será realizado à luz dos dados estatísticos disponíveis sobre o perfil dos funcionários públicos de todo o país e as assimetrias de cor ou raça nesta modalidade ocupacional.

Apesar de aparentemente a análise do perfil socioeconômicos dos funcionários do Estado parecer uma tarefa trivial através das bases de dados atualmente disponí-

² Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/camara-aprova-reserva-de-20-de-vagas-em-concursos-publicos-para-negros>

³ Ou seja, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal terão 45 dias cada para votarem a proposta de lei. Após este prazo, as demais votações (com exceção das que tenham prazo constitucional determinado) são suspensas até a conclusão da tramitação.

⁴ Fonte: BRASIL. **Exposição de Motivos nº 00195/2013 MP SEPPIR**. Brasília: SEPPIR, 2013.

veis, o presente esforço acabou se defrontando com algumas dificuldades não previstas originalmente.

A primeira opção metodológica considerada pela presente pesquisa foi justamente o acesso ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), plataforma de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos federais. Contudo, infelizmente, ainda não existe uma padronização quanto ao modo de acesso a esta base de dados⁵.

Outra fonte possível de informações sobre os empregados públicos é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), registro administrativo obrigatório anual da totalidade dos trabalhadores formais da economia brasileira. Entretanto, naquela base, a não declaração de cor ou raça dos trabalhadores ocupados na condição de estatutários ou militares é muito elevada. Por exemplo, assim como foi comentado na edição de janeiro de 2012 do “Tempo em Curso”, em 2009, esse percentual chegou a 93,2%.

A terceira fonte que poderia ser utilizada para se tentar traçar o perfil dos funcionários públicos federais seria a PNAD, do IBGE. De fato, desta base, foi possível chegar a um número próximo ao divulgado pelo Ministério do Planejamento. Na PNAD de 2012, foram computados 813.758 funcionários públicos estatutários na esfera federal (302.189 pretos & pardos, e 496.411 brancos). Este número é razoavelmente próximo aos gerados pelo Ministério de Planejamento sobre a quantidade de funcionários públicos federais em todo país. Deste modo, segundo esta última fonte, em setembro de 2012, excluindo os militares, havia 648.152 servidores nas três esferas do Poder⁶. Porém, o tamanho reduzido da amostra não permitiu uma desagregação detalhada dos funcionários públicos federais brancos e pretos & pardos de acordo o nível de escolaridade, a classificação ocupacional ou outras variáveis de interesse ao presente esforço.

Por fim, decidiu-se por utilizar o Censo Demográfico de 2010. Além do relativamente curto período de tem-

po desde sua realização, entre os aspectos positivos desta base de dados, destaca-se a maior robustez de sua amostra, que permite uma desagregação mais detalhada das informações. Por outro lado, ao contrário da PNAD, a seção sobre trabalho do Questionário da Amostra do Censo não contém perguntas sobre o setor de emprego (público ou privado) ou a área de emprego (federal, estadual, municipal) do trabalho principal do recenseado.

Assim, tentou-se recortar os trabalhadores com carteira assinada que trabalhavam nos setores da administração pública, recorrendo-se à Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar 2.0), empregada pelo IBGE no Censo. Foram identificadas duas atividades econômicas que poderiam ser utilizadas para este recorte: “Administração Pública e Regulação da Política Econômica e Social – Federal”; e “Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – Federal”. Porém, de acordo com a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), nestas categorias são compreendidas todas as instituições que desempenham atividades que, por sua natureza específica, seriam de prerrogativa do Estado, podendo incluir entidades empresariais e instituições privadas sem fins lucrativos que oferecem serviços terceirizados, tradicionalmente executados pelo Estado. Além disso, as atividades de ensino e saúde, mesmo quando exercidas pelo Estado, não são classificadas nestes grupamentos de atividade, mas nas respectivas áreas de educação e ensino⁷.

Portanto, a rigor, mesmo utilizando-se o Censo demográfico não é possível computar nem os funcionários públicos celetistas, ou seja, com carteira assinada, tampouco, os funcionários públicos ocupados na esfera federal.

Desta forma, como não foi possível operar as desagregações acima, neste estudo optou-se por trabalhar apenas com os recenseados que declararam ao Censo serem funcionários públicos estatutários das três esferas (federal, estadual e municipal), sem incluir os trabalhadores celetistas da administração pública. Encontrou-se

⁵ O **LAESER** enviou no dia 17 de abril de 2014 uma mensagem aos responsáveis pela organização da base de informações do SIAPE solicitando acesso àquela fonte de dados. Este é o procedimento padrão do Laboratório, que somente utiliza em seus estudos indicadores provenientes de fontes públicas, ou seja, de franco acesso a qualquer pesquisador. Até o momento de fechamento deste número do “Tempo em Curso”, contudo, os profissionais contatados ainda não haviam dado retorno.

⁶ BRASIL, **Boletim Estatístico de Pessoal**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública, v.17, n.198, Out 2012.

⁷ Fonte: http://www.cnaedom.ibge.gov.br/secao.asp?codsecao=O&TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%20Domiciliar%20%202.0

um total de 4.162.016 funcionários públicos estatutários em todo o Brasil.

Destarte, o presente exercício acerca das potencialidades do PL 6.738/13 apresenta as seguintes limitações:

a) Há um desencontro entre o público analisado (conjunto do funcionalismo público do país) e o escopo do PL (voltado apenas aos funcionários da administração pública federal direta e indireta);

b) Entre os empregados no setor público, o peso dos estatutários é majoritário, mas os celetistas são muitos importantes em alguns setores e carreiras do funcionalismo público brasileiro. De acordo com a PNAD, no ano de 2012, havia 11.412.709 ocupados no setor público. Do total, 19,2% eram empregados com carteira assinada; 3,1%, militares; 58,1%, funcionários públicos estatutários, e 19,7% empregados sem carteira de trabalho assinada. Portanto, na presente análise este público não foi considerado;

c) Considerando apenas os funcionários públicos estatutários, na PNAD de 2012, havia 6.626.338 pessoas empregadas nesta modalidade. Destes, 12,3% trabalhavam na esfera federal, 34,6% na esfera estadual, e 53,1% na esfera municipal. Esta distribuição deve ser levada em consideração quando for se interpretar os resultados do presente estudo.

Por outro lado, como vantagem da opção adotada, a proxy realizada permite traçar um panorama de todos os funcionários públicos brasileiros, com um nível de desagregação bastante detalhado. Ademais, vale lembrar que segundo o IPEA, a partir de 2002, as Unidades da Federação do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e 43 municípios brasileiros implementaram sistema de reserva de vagas em concursos públicos. Portanto, deve-se levar em consideração que a adoção de uma política de reserva de vaga na administração pública local está sendo atualmente debatida em todo o território nacional, incluindo em suas unidades subnacionais. Assim, a inclusão dos funcionários públicos de todos os níveis de governo pode ser razoavelmente justificada para a finalidade de um entendimento sobre os possíveis impactos do PL 6738/13.

2.c O perfil de ocupação dos funcionários públicos estatutários

Para além das discrepâncias encontradas no peso relativo dos pretos & pardos na população residente como um todo e entre os funcionários do Estado, é igualmente importante analisar de que forma tais desencontros se davam quando se analisavam os grupamentos ocupacionais específicos. Desta forma, na Tabela 1 é apresentado o perfil dos funcionários públicos estatutários brasileiros desagregados pelos grupos de cor ou raça e a ocupação exercida.

Por ocupação entende-se a função, cargo, profissão ou ofício exercido, de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a *International Standard Classification of Occupations* - ISCO-08, da Organização Internacional do Trabalho.

As ocupações foram agrupadas segundo os oito grandes grupos da COD: diretores e gerentes; profissionais das ciências e intelectuais; técnicos e profissionais de nível médio; trabalhadores de apoio administrativo; trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados; trabalhadores qualificados⁹; operadores de instalações e máquinas e montadores; ocupações elementares.

Os grandes grupos dos profissionais das ciências e intelectuais e dos técnicos e profissionais de nível médio foram divididos em seus subgrupos principais.

De acordo com o Censo, havia no Brasil, em 2010, pouco mais de 180 mil funcionários públicos estatutários que ocupavam posições de diretores e gerentes. Destes, 64,1% eram brancos e 34,8% pretos & pardos. Entre os profissionais das ciências e intelectuais (1.600.486 estatutários), o peso dos pretos & pardos era um pouco superior, igual a 37,6%. Especificamente entre os Médicos, esta proporção não chegava sequer a um quinto (mais precisamente, 17,6%) do total. Entre os professores universitários estatutários, o peso relativo dos docentes pretos & pardos não alcançava um terço do total.

⁸ Fonte: BRASIL, **Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 20**. Brasília: IPEA, 2012.

⁹ Visando evitar algum mal entendido por grupamento dos Trabalhadores Qualificados foram incluídos os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e os trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. Fazem parte deste grupo, entre outros, encanadores, mecânicos, pedreiros, pintores, eletricitistas etc. No total, 47.984 funcionários públicos estatutários foram classificados como ocupados neste grupo. Portanto, neste grupamento se encontram trabalhadores manuais com alguma formação profissional formal.

Tabela 1. Funcionários públicos estatutários, de acordo com os grupos de cor ou raça e tipo de ocupação, Brasil, 2010 (em %)

	Brancos	Pretos & Pardos	Total
Diretores e gerentes	64,1	34,8	100,0
Profissionais das ciências e intelectuais	60,9	37,6	100,0
Profissionais das ciências e da engenharia	71,7	26,3	100,0
Profissionais da saúde	70,6	27,3	100,0
Médicos	80,0	17,6	100,0
Profissionais do ensino	58,0	40,6	100,0
Professores de universidades e do ensino superior	66,7	31,8	100,0
Especialistas em organização da Administração Pública e de empresas	65,8	32,4	100,0
Profissionais de tecnologias da informação e comunicações	69,1	28,5	100,0
Profissionais em direito, em ciências sociais e culturais	68,1	30,6	100,0
Advogados e juristas	76,0	22,7	100,0
Técnicos e profissionais de nível médio	53,9	44,5	100,0
Profissionais de nível médio das ciências e da engenharia	55,0	43,2	100,0
Profissionais de nível médio da saúde e afins	41,7	56,6	100,0
Profissionais de nível médio em operações financeiras e administrativas	63,2	35,2	100,0
Profissionais de nível médio de serviços jurídicos, sociais, culturais e afins	65,9	32,6	100,0
Técnicos de nível médio da tecnologia da informação e das comunicações	57,7	40,7	100,0
Trabalhadores de apoio administrativo	52,7	46,1	100,0
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	46,8	52,0	100,0
Porteiros e zeladores	35,5	63,3	100,0
Guardas de segurança	36,3	62,4	100,0
Trabalhadores qualificados	46,0	53,0	100,0
Operadores de instalações e máquinas e montadores	52,5	46,5	100,0
Ocupações elementares	38,4	60,2	100,0
Coletores de lixo e material reciclável	28,5	70,2	100,0
Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas	39,8	58,9	100,0
Funcionários públicos estatutários - Total	55,8	42,8	100,0

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: O total de funcionários públicos estatutários inclui 526.007 pessoas, cuja ocupação foi classificada como mal definida.

Fonte: IBGE, microdados Censo Demográfico. Tabulação LAESER.

Não coincidentemente, o peso relativo dos pretos & pardos entre os estatutários crescia na medida em que as ocupações se encaminhavam rumos aos grupamentos ocupacionais de menor prestígio e remuneração. Assim, por exemplo, entre os Técnicos e Profissionais de Nível Médio o peso relativo dos trabalhadores deste grupo de cor ou raça era de 44,5%, e entre os empregados nas Ocupações Elementares o percentual era de 60,2%. No grupamento ocupacional específico dos coletores de lixo e de material reciclável, o peso relativo dos pretos & pardos era de 70,2%.

As discrepâncias acima observadas, na verdade, dialogam com o estado da arte acerca das desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro como um

todo. Assim, mesmo no setor privado, é habitual encontrar trabalhadores brancos em posições e grupamentos ocupacionais mais prestigiados e melhor remunerados, o inverso se dando entre os trabalhadores pretos & pardos. Contudo, para além desta desconcertante realidade, o fato é que estes números podem e devem ser utilizados para uma análise específica do raio de alcance do PL 6.738/13. E isto será feito na próxima seção.

2.d Algumas considerações sobre o Projeto de Lei 6.738/13

Analisando-se os dados da tabela 1 com os objetivos do PL 6.738/13 percebe-se que, de fato, o PL é meritório em seus princípios fundamentadores. Muito possivelmente

por conta das desigualdades nos anos médios de escolaridade, os pretos & pardos, comparativamente aos brancos, devem apresentar maiores complicações para obterem aprovação nos concursos públicos.

Contudo, para além deste vetor, há de se lembrar que outros fatores não facilmente observáveis, como o acesso à informação sobre a existência dos concursos, perspectivas de aprovação, entre outros possíveis elementos, podem igualmente afetar o peso relativo dos pretos & pardos no seio do grupamento dos funcionários públicos estatutários. Ademais é razoável apontar que os estatutários ocupados anteriormente a Constituição de 1988 podem ter alcançado o seu cargo originalmente através de indicações políticas, o que reforça a importância das redes sociais para o alcance destas posições.

Do mesmo modo, não há motivo para se naturalizar o fato de que as posições nos grupamentos ocupacionais de maior prestígio e mais remunerados sejam ocupados com mais intensidade por estatutários brancos. Neste plano, não deixa mesmo de ser interessante contrastar a presença dos pretos & pardos entre os Médicos (17,6%) e Coletores de Lixo e de Material Reciclável (70,6%), constituindo uma diferença de mais de 50 pontos percentuais.

De qualquer sorte, por mais meritórios que sejam os objetivos do PL 6.738/13, um fato não pode passar despercebido. De acordo com os dados do Censo 2010, eram escassos os grupamentos ocupacionais em que a presença relativa dos pretos & pardos era inferior a 20%. Na verdade, no presente exercício tal proporção foi encontrada apenas entre os Médicos. Mesmo na Nota Técnica nº 17 do IPEA¹⁰ sobre este tema, certamente mais refinada, posto baseada em dados do próprio SIAPE para o funcionalismo público federal, poucas eram as ocupações onde a presença relativa dos pretos & pardos não fosse superior ao estabelecido pela proposta do PL que ora está em apreciação no Senado Federal¹¹.

Assim, é preciso saber diferenciar entre a necessidade de se ampliar a presença relativa de pretos & pardos entre os funcionários públicos de todo o país e a efetiva capacidade do projeto de lei de ampliar a ocupação de

cargos públicos para este segmento. Ou seja, o que se coloca é que este percentual se apresenta como modesto, e mesmo com os pretos & pardos concorrendo concomitantemente pelo sistema de reserva de vaga e o de ampla concorrência, não há garantia sobre a real eficácia de este instrumento ser um elemento de alteração da realidade existente.

Naturalmente, há de se analisar os dados contidos no presente exercício desde os limites já comentados acima. Assim, os indicadores citados falam de um público mais abrangente do que o especificado no PL 6.738/13, direcionado apenas aos funcionários públicos federais e abrangendo, inclusive, a condição de muitos que serão contratados através da CLT. Entretanto, a partir da presente abordagem, existem motivos razoáveis para um questionamento, não sobre a validade do PL (em si meritória em seus princípios e objetivos), mas sobre seu impacto.

3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela I)

Em fevereiro de 2014, o rendimento médio habitualmente recebido pela PEA total ocupada de ambos os sexos nas seis RMs pesquisadas foi igual a R\$ 2.015,59. Em relação a janeiro de 2014, houve elevação de 0,8 ponto percentual. Em comparação ao rendimento de fevereiro de 2013, o crescimento foi de 3,1%.

Em fevereiro de 2014, o rendimento médio habitual da PEA branca de ambos os sexos foi igual a R\$ 2.510,44, enquanto o da PEA preta & parda de ambos os sexos foi de R\$ 1.428,79. Na comparação com o mês imediatamente anterior, houve aumento de 1,3% no rendimento dos brancos de ambos os sexos, e de 0,5% para os pretos & pardos. Em relação a fevereiro de 2013, o rendimento aumentou 1,8% para os trabalhadores brancos, e 3,7% para os pretos & pardos.

Entre janeiro e fevereiro de 2014, o rendimento dos homens brancos se valorizou 2,2% em termos reais, enquanto o indicador dos homens pretos & pardos cresceu somente 0,4%. Entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014, o rendimento da PEA masculina branca também se elevou em 2,2%, e o da PEA masculina preta & parda, em 3,2%.

¹⁰ BRASIL, **Nota Técnica** nº 17. Brasília: IPEA, fev. 2014.

¹¹ A Nota Técnica do IPEA indicou 11 grupos de cargos nos quais o percentual de pretos & pardos era inferior a 20%. Estes eram: Diplomacia (5,9%); Cargos da CVM/SUSEP - superior (6,3%); Carreira de desenvolvimento tecnológico - superior (9,3%); Carreira pesq. desenvolvimento Metrol e qualidade (9,8%); Auditoria da Receita Federal (12,3%); Carreira de oficial de chancelaria (13,3%); Carreira de procurador da Fazenda Nacional (14,2%); Advocacia Geral da União (AGU) - carreira da área jurídica (15,0%); Cargos das agências reguladoras - superior (15,6%); Carreira fiscal do trabalho (16,6%); Carreira na Defensoria Pública (19,5%). Fonte: **BRASIL, Nota Técnica nº 17**. Brasília: IPEA, fev. 2014, p. 9.

O rendimento das mulheres brancas caiu 0,5% em relação a janeiro de 2014, enquanto aumentou em ligeiros 0,2% o indicador das mulheres pretas & pardas. Tomando como referência o mês de fevereiro de 2013, o rendimento da PEA feminina branca se elevou em 0,8%, e a da PEA feminina preta & parda, em 4,6%.

A PEA branca de ambos os sexos auferia rendimento real médio 75,7% superior à PEA preta & parda de ambos os sexos, em fevereiro de 2014. A desigualdade de cor ou raça nos rendimentos aumentou 1,4 pontos percentuais em relação a janeiro de 2014, e caiu 3,2 pontos percentuais em comparação a fevereiro de 2013.

Entre a força de trabalho masculina, a assimetria no rendimento era de 78,8%, sempre favorável aos brancos, em fevereiro de 2014. A desigualdade se elevou em 3,1 pontos percentuais em relação ao mês anterior e caiu 1,7 pontos percentuais, tomando como referência fevereiro de 2013.

Entre a PEA feminina, a assimetria de rendimentos foi de 72,9% em favor das mulheres brancas. Em relação ao mês anterior, as desigualdades se retraíram 1,1 pontos percentuais. Já comparativamente a fevereiro de 2013, a queda foi mais expressiva: 6,5 pontos percentuais.

Em fevereiro de 2014, a desigualdade entre o rendimento auferido pelos homens brancos e pelas mulheres pretas & pardas era igual a 140,9%. Para a mesma data de referência, as mulheres brancas auferiam rendimentos 28,4% mais elevados que os homens pretos & pardos.

4. Evolução da taxa de desemprego aberto (tabela II)

A taxa de desemprego aberto da PEA total residente nas seis maiores RMs foi de 5,1% em fevereiro de 2014. Em relação a janeiro de 2014, houve elevação de 0,3 ponto percentual no indicador. Comparativamente a fevereiro de 2013, ocorreu declínio de 0,5 ponto percentual.

Em fevereiro de 2014, a taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos foi de 4,5%, e o mesmo indicador da PEA preta & parda de ambos os sexos, de 5,8%. Na comparação com o mês anterior, a taxa de desemprego da PEA branca aumentou 0,7 ponto percentual, enquanto a da PEA preta & parda caiu ligeiro 0,1 ponto percentual. Comparativamente a fevereiro de

2013, a taxa de desemprego da PEA branca obteve queda de 0,5 ponto percentual, e a da PEA preta & parda, de 0,4 ponto percentual.

A taxa de desemprego da PEA masculina branca se expandiu em 0,6 ponto percentual, na comparação mensal. Já para a PEA preta & parda, o indicador se reduziu em 0,5 ponto percentual. Na comparação com fevereiro de 2013, a taxa de desemprego dos homens brancos caiu 0,6 ponto percentual, ao mesmo tempo em que aquela verificada para os homens pretos & pardos se retraiu em 0,8 ponto percentual.

Ambos os contingentes femininos analisados experimentaram aumento em sua taxa de desemprego em relação a janeiro de 2014: para as mulheres brancas a elevação foi de 1,0 ponto percentual, ao passo que as mulheres pretas & pardas sofreram aumento de 0,5 ponto percentual. Comparativamente a fevereiro de 2013, a taxa de desemprego das mulheres brancas se retraiu em 0,4 ponto percentual, enquanto o indicador das mulheres pretas & pardas se elevou em 0,2 ponto percentual.

5. Evolução da taxa de rotatividade (tabela XXV)

A taxa de rotatividade exprime a proporção de trabalhadores substituídos por outros em relação ao estoque total de trabalhadores¹². A análise que se segue é baseada nos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) tabulados pelo LAESER.

Em fevereiro de 2014, a taxa de rotatividade de todos os trabalhadores com carteira assinada da economia brasileira era de 38,8%. Na comparação com o mês de fevereiro de 2013, o indicador se elevou em 0,4 ponto percentual, ao mesmo tempo em que ficou inalterado em relação a janeiro de 2014.

Entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014, foi possível observar que o indicador manteve-se consideravelmente estável para a economia como um todo. Para tal período, o valor mais elevado que a taxa assumiu foi 38,9%, em dezembro de 2013, e o mais baixo foi igual a 38,3%, percentual atingido nos meses de março e abril de 2013.

Na desagregação pelos grupos de cor ou raça e sexo, notou-se que o indicador igualmente seguiu a tendência

¹² Para mais informações a respeito da taxa de rotatividade e de sua metodologia de cálculo, ver boletim "Tempo em Curso" de março de 2013, ano 5, volume V.

de manter-se sem grandes flutuações. Contudo, assim como já observado no “Tempo em Curso” de março de 2013, ainda em fevereiro de 2014, persistia notavelmente elevada a diferença entre a taxa de rotatividade da PEA branca e da PEA preta & parda de ambos os sexos.

Em fevereiro de 2014, o indicador da PEA preta & parda de ambos os sexos posicionou-se 10,1 pontos percentuais acima daquele verificado para a PEA branca de ambos os sexos. A taxa de rotatividade dos trabalhadores brancos era de 33,9%, enquanto os pretos & pardos experimentavam a taxa média de 44%. Comparativamente a fevereiro do ano anterior, houve recuo de 0,1 ponto percentual no indicador da PEA branca, e aumento de 0,8 ponto percentual na taxa da PEA preta & parda.

Chamava atenção a elevada diferença na taxa de rotatividade de homens brancos e pretos & pardos (igual a 13,6 pontos percentuais) em oposição a relativa proximidade das taxas verificadas para as mulheres brancas e as pretas & pardas (2 pontos percentuais).

Em fevereiro de 2014, os trabalhadores brancos do sexo masculino possuíam taxa de rotatividade de 35%. O indicador era idêntico aquele verificado tanto no mês anterior quanto em fevereiro de 2013.

Já a taxa de rotatividade dos homens pretos & pardos era de 48,6%. Em relação a janeiro de 2014, a taxa dos homens pretos & pardos se elevou em 0,1 ponto percentual. Em comparação a fevereiro de 2013, a mesma aumentou 0,7 ponto percentual.

Já entre as mulheres, em fevereiro de 2014, o indicador das brancas estava em 32,3% (2,7 pontos percentuais abaixo dos homens brancos), enquanto as pretas & pardas atingiram o patamar de 34,3% (14,3 pontos percentuais inferior aos homens pretos & pardos).

Em relação a janeiro de 2014, houve queda de 0,1 ponto percentual na taxa das trabalhadoras brancas, e aumento de 0,1 ponto percentual para as trabalhadoras pretas & pardas. Já a comparação anual aponta para uma retração de 0,1 ponto percentual para as trabalhadoras brancas, e elevação de 1,7 pontos percentuais para as mulheres pretas & pardas.

Nesta análise, foi possível verificar que a taxa de rotatividade dos homens era mais elevada do que aquela verificada para as mulheres, qualquer que fosse o grupo de

cor ou raça estudado. Contudo, notou-se ainda que a rotatividade dos homens pretos & pardos era consideravelmente mais elevada quando comparada àquela de todos os outros contingentes¹³.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a alta taxa de rotatividade da força de trabalho costuma ser considerada uma sinalização da possível precariedade da situação no emprego. Isso ocorre porque tal indicador pode ser associado à prática de constante substituição da mão de obra em decorrência da vulnerabilidade dos postos de trabalho e da desproteção no emprego.

Entretanto, outra possível chave interpretativa para o fenômeno da elevada taxa de rotatividade poderia se basear no maior aquecimento do mercado de trabalho, situação em que os próprios trabalhadores seriam capazes de perceber melhores oportunidades e, portanto, se deslocariam voluntariamente com maior frequência entre os postos de trabalho.

¹³ Este resultado condiz com aqueles obtidos em análise semelhante da rotatividade no CAGED pelos grupos de cor ou raça realizada nos boletins “Tempo em Curso” de fevereiro de 2012 e de março de 2013.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão, Elisa Monçores,
Guilherme Câmara, Irene Rossetto

Pesquisadores Assistentes

Hugo Saramago

Colaboradoras

Elisa Monçores
Irene Rossetto

Bolsista de iniciação científica

Guilherme Câmara

Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Erlan Carvalho

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Prof. Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Ana Thereza Carvalho Costa
Prof. Cleber Lázaro Julião Costa
Elaine Carvalho
Hugo Saramago
Iuri Viana
Sandra Machado

Colaboradores

Prof.^a Azoilda Loretto
Danielle Oliveira
Elisa Alonso Monçores
Irene Rossetto Giaccherino
Prof. José Jairo Vieira

Bolsistas de iniciação científica

Andressa Evellyn Oliveira (PIBIC – FAPESB)
Clésio Lacerda (PIBIC–CNPq – UFRJ)
Daniel Vainfas (PIBIC–CNPq – UFRJ)
Guilherme Câmara (Fundação Ford)
Jordão Andrade (Fundação Ford)

Secretária

Luisa Maciel

Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 – fev / 14 (em R\$, fev / 14 - INPC)

												2014	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Homens Brancos	2.825,52	2.821,55	2.783,34	2.776,77	2.774,15	2.733,73	2.793,79	2.803,60	2.801,82	2.836,97	2.828,56	2.826,23	2.887,37
Mulheres Brancas	2.057,00	2.045,87	2.050,21	2.018,23	1.977,30	1.927,56	1.970,10	1.996,71	2.009,32	2.088,99	2.061,74	2.082,38	2.073,00
Brancos	2.465,53	2.457,55	2.440,78	2.422,87	2.402,08	2.356,98	2.408,48	2.426,10	2.428,96	2.486,11	2.469,29	2.478,73	2.510,44
Homens Pretos & Pardos	1.565,17	1.569,35	1.564,79	1.556,57	1.562,08	1.592,06	1.592,71	1.613,61	1.587,13	1.593,74	1.584,08	1.608,35	1.614,77
Mulheres Pretas & Pardas	1.146,18	1.152,97	1.149,24	1.145,88	1.154,34	1.162,86	1.167,83	1.188,89	1.183,22	1.204,80	1.218,56	1.196,60	1.198,73
Pretos & Pardos	1.377,86	1.382,66	1.379,10	1.373,97	1.379,31	1.398,48	1.402,50	1.422,60	1.406,90	1.420,22	1.418,97	1.421,73	1.428,79
PEA Total	1.954,95	1.950,45	1.946,98	1.940,45	1.937,52	1.920,86	1.954,08	1.974,29	1.971,75	2.010,30	1.995,87	2.000,53	2.015,59

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela II. Taxa de desemprego aberto da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 – fev / 14 (em % da PEA total)

												2014	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Jul	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Homens Brancos	4,5	4,1	3,9	3,9	4,2	3,8	3,7	3,7	3,5	3,1	2,9	3,3	3,9
Mulheres Brancas	5,7	5,8	6,2	5,8	6,3	5,7	5,0	5,2	4,9	4,4	4,2	4,3	5,3
Brancos	5,0	4,9	5,0	4,8	5,2	4,7	4,3	4,5	4,2	3,7	3,5	3,8	4,5
Homens Pretos & Pardos	5,2	5,1	5,4	5,3	5,4	5,1	5,0	5,4	5,0	4,7	4,2	4,9	4,4
Mulheres Pretas & Pardas	7,3	8,1	8,3	8,9	8,5	8,6	8,0	8,0	7,9	7,1	6,7	7,0	7,5
Pretos & Pardos	6,2	6,5	6,7	6,9	6,8	6,7	6,4	6,5	6,3	5,8	5,3	5,9	5,8
PEA Total	5,6	5,7	5,8	5,8	6,0	5,6	5,3	5,4	5,2	4,6	4,3	4,8	5,1

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela III. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, fev / 13 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	2.342,00	3.022,96	3.260,80	3.112,70	2.842,80	2.196,59
Mulheres Brancas	1.549,08	2.234,59	2.088,80	2.392,25	2.048,45	1.702,66
Brancos	1.969,13	2.647,49	2.704,11	2.783,82	2.466,73	1.967,48
Homens Pretos & Pardos	1.311,72	1.551,35	1.662,08	1.604,27	1.565,44	1.599,90
Mulheres Pretas & Pardas	1.012,22	1.076,75	1.124,56	1.171,42	1.199,52	1.130,17
Pretos & Pardos	1.182,54	1.329,95	1.423,72	1.413,59	1.401,45	1.379,09
PEA Total	1.456,28	1.509,06	1.924,70	2.063,16	2.075,01	1.892,56

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IV. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, fev / 14 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	2.284,61	3.164,08	3.254,93	3.250,97	2.874,75	2.284,12
Mulheres Brancas	1.586,64	2.373,80	2.071,87	2.462,57	2.031,27	1.718,27
Brancos	1.951,44	2.794,90	2.688,08	2.893,14	2.481,83	2.028,53
Homens Pretos & Pardos	1.411,62	1.561,74	1.722,64	1.725,92	1.556,86	1.679,07
Mulheres Pretas & Pardas	1.107,47	1.147,08	1.225,55	1.269,89	1.165,42	1.422,37
Pretos & Pardos	1.275,76	1.362,42	1.496,41	1.527,91	1.386,40	1.553,46
PEA Total	1.483,97	1.555,72	1.959,27	2.186,92	2.115,94	1.969,34

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela V. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, fev / 13 (em % da PEA total)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	5,1	4,1	3,5	3,3	5,5	3,3
Mulheres Brancas	8,1	11,1	4,3	4,6	6,4	4,1
Brancos	6,5	7,6	3,9	3,9	5,9	3,6
Homens Pretos & Pardos	6,0	4,1	3,7	4,3	6,7	6,1
Mulheres Pretas & Pardas	7,2	7,9	5,4	6,3	8,7	5,6
Pretos & Pardos	6,5	5,9	4,5	5,2	7,6	5,9
PEA Total	6,5	6,2	4,2	4,6	6,5	3,9

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VI. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, fev / 14 (em % da PEA)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	5,8	4,4	2,9	2,5	4,8	2,7
Mulheres Brancas	5,9	8,0	4,7	4,7	5,8	4,0
Brancos	5,8	6,1	3,8	3,5	5,2	3,3
Homens Pretos & Pardos	5,7	7,5	3,7	2,4	4,8	2,4
Mulheres Pretas & Pardas	7,9	11,3	4,4	6,4	7,8	4,1
Pretos & Pardos	6,7	9,4	4,0	4,2	6,1	3,2
PEA Total	6,4	9,0	3,9	3,9	5,5	3,3

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, fev / 13 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Homens Brancos	2.798,83	2.314,16	2.215,63	3.424,13	4.069,73	1.426,27	2.390,71
Mulheres Brancas	1.915,03	2.822,93	1.482,95	2.608,03	2.769,31	839,66	1.624,29
Brancos	2.469,73	2.371,80	1.900,19	3.056,31	3.222,83	867,84	2.058,26
Homens Pretos & Pardos	1.657,49	1.274,02	1.391,34	1.682,14	2.354,37	1.070,60	1.513,10
Mulheres Pretas & Pardas	1.099,43	1.491,89	999,71	1.343,93	1.599,82	770,57	1.034,67
Pretos & Pardos	1.464,14	1.284,14	1.226,25	1.546,31	1.862,49	783,74	1.305,88
PEA Total	2.045,00	1.700,66	1.573,33	2.439,86	2.683,29	812,51	1.684,94

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VIII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, fev / 14 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Homens Brancos	2.911,53	2.305,32	2.335,50	3.529,15	3.994,70	1.177,83	2.452,39
Mulheres Brancas	1.826,03	2.966,07	1.588,09	2.512,02	2.786,73	899,94	1.683,66
Brancos	2.521,86	2.373,19	2.010,87	3.083,36	3.199,25	915,52	2.121,57
Homens Pretos & Pardos	1.649,68	1.343,35	1.460,67	1.673,77	2.455,32	1.010,09	1.538,92
Mulheres Pretas & Pardas	1.123,28	1.456,57	1.033,22	1.311,35	1.718,94	815,21	1.095,90
Pretos & Pardos	1.469,34	1.348,87	1.274,06	1.524,87	1.994,75	825,65	1.349,48
PEA Total	2.083,49	1.777,01	1.669,72	2.457,46	2.722,84	857,00	1.747,70

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IX. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por posição na ocupação, Brasil, fev / 13 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	1.534,27	1.246,03	2.398,15	1.932,96	4.145,84	2.708,74	4.528,99	2.355,50	6.053,27
Mulheres Brancas	974,39	751,31	1.888,49	1.669,46	3.049,98	1.866,49	3.564,21	1.691,79	4.442,52
Brancos	1.015,70	766,33	2.168,92	1.813,07	3.532,87	2.175,38	3.991,55	2.086,37	5.564,07
Homens Pretos & Pardos	1.171,38	891,48	1.474,95	1.056,61	1.968,30	1.857,18	2.848,00	1.414,59	3.194,33
Mulheres Pretas & Pardas	933,66	662,20	1.167,36	875,63	1.603,97	1.421,15	2.201,06	922,04	2.811,81
Pretos & Pardos	949,96	668,34	1.355,13	982,70	1.754,28	1.583,45	2.525,84	1.226,67	3.087,68
PEA Total	972,54	702,32	1.783,58	1.424,46	2.773,05	1.904,10	3.417,11	1.675,29	4.792,20

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela X. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por posição na ocupação, Brasil, fev / 14 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	1.306,35	974,72	2.451,07	2.136,05	4.613,68	2.579,82	4.271,40	2.533,35	6.094,83
Mulheres Brancas	989,56	840,82	1.920,03	1.627,48	2.665,50	2.046,36	3.376,56	1.800,91	4.641,49
Brancos	1.016,13	845,75	2.214,66	1.913,09	3.540,18	2.239,36	3.767,46	2.234,21	5.683,52
Homens Pretos & Pardos	1.156,65	700,97	1.477,11	1.106,80	2.436,27	1.658,22	2.970,38	1.423,93	3.766,90
Mulheres Pretas & Pardas	922,42	738,68	1.197,10	895,57	1.475,47	1.707,50	2.210,27	968,00	3.167,59
Pretos & Pardos	942,19	737,54	1.364,79	1.026,10	1.903,16	1.688,13	2.593,84	1.251,30	3.593,19
PEA Total	967,18	776,13	1.825,43	1.493,80	2.864,43	1.989,51	3.304,13	1.780,19	5.042,07

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XI. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, fev / 13 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	1.080,63	1.284,02	1.438,67	1.469,05	3.482,10
Mulheres Brancas	1.091,05	796,39	902,04	970,22	2.434,15
Brancos	1.084,35	1.114,69	1.221,43	1.256,46	2.966,30
Homens Pretos & Pardos	1.021,76	1.049,13	1.169,62	1.220,53	1.953,81
Mulheres Pretas & Pardas	657,46	662,00	770,75	852,59	1.390,49
Pretos & Pardos	884,79	897,38	1.008,85	1.074,14	1.678,85
PEA Total	952,78	974,18	1.092,45	1.154,60	2.449,60

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, fev / 14 (em R\$, fev / 14 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	1.119,94	1.358,42	1.574,31	1.640,05	3.496,24
Mulheres Brancas	991,76	926,61	909,04	1.045,44	2.415,20
Brancos	1.075,39	1.174,51	1.316,72	1.404,28	2.966,42
Homens Pretos & Pardos	997,15	1.029,09	1.196,74	1.248,94	1.997,25
Mulheres Pretas & Pardas	671,22	713,02	812,00	880,32	1.432,78
Pretos & Pardos	866,38	901,97	1.044,54	1.104,08	1.722,13
PEA Total	944,18	1.003,95	1.157,33	1.237,96	2.472,58

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIII. Composição da massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos recebida pela PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 e fev / 14 (em %)

	2013	2014	Variação da massa real
Homens Brancos	39,4	40,6	3,0
Mulheres Brancas	25,3	25,3	0,0
Brancos	64,7	65,9	1,8
Homens Pretos & Pardos	21,0	20,3	-3,1
Mulheres Pretas & Pardas	12,5	12,3	-2,1
Pretos & Pardos	33,5	32,6	-2,7
PEA Total	100,0	100,0	-

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: Massa de rendimento deflacionada para R\$ fev / 14 - INPC

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIV. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, fev / 13 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	28,0	53,9	6,0	7,2	4,9	100,0
Mulheres Brancas	27,0	52,7	5,4	10,9	4,0	100,0
Brancos	27,4	53,2	5,7	9,2	4,4	100,0
Homens Pretos & Pardos	26,3	58,5	6,5	6,3	2,3	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	24,2	55,5	5,5	8,7	6,2	100,0
Pretos & Pardos	25,2	56,9	5,9	7,6	4,4	100,0
PEA Total	26,2	55,2	5,8	8,4	4,4	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XV. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, fev / 14 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	25,7	49,1	9,2	10,8	5,2	100,0
Mulheres Brancas	22,5	51,9	8,4	13,0	4,2	100,0
Brancos	24,0	50,6	8,8	12,0	4,7	100,0
Homens Pretos & Pardos	23,3	53,0	9,3	9,1	5,2	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	20,2	53,2	8,6	10,6	7,5	100,0
Pretos & Pardos	21,5	53,1	8,9	10,0	6,5	100,0
PEA Total	22,6	51,8	8,8	11,0	5,7	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVI. Taxa de subocupação por falta de tempo de serviço em todos os trabalhos nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 e fev / 14 (em % da PEA ocupada)

	2013	2014	Variação
Homens Brancos	1,4	0,7	-0,7
Mulheres Brancas	2,0	1,4	-0,6
Brancos	1,7	1,0	-0,6
Homens Pretos & Pardos	1,7	0,9	-0,7
Mulheres Pretas & Pardas	3,2	2,2	-1,0
Pretos & Pardos	2,3	1,5	-0,8
PEA Total	2,0	1,2	-0,8

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVII. Taxa de subocupação por falta de remuneração em todos os trabalhos nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 e fev / 14 (em % da PEA ocupada)

	2013	2014	Variação
Homens Brancos	9,0	6,8	-2,1
Mulheres Brancas	13,1	10,8	-2,3
Brancos	10,9	8,7	-2,2
Homens Pretos & Pardos	17,1	14,5	-2,6
Mulheres Pretas & Pardas	26,4	22,1	-4,2
Pretos & Pardos	21,2	17,9	-3,3
PEA Total	15,8	12,9	-2,9

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVIII. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, fev / 13 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	0,2	0,1	52,1	9,6	1,9	1,0	7,3	19,6	7,9	0,2	100,0
Mulheres Brancas	3,3	5,0	48,0	9,2	2,7	1,8	10,3	15,1	3,9	0,6	100,0
Brancos	1,7	2,4	50,2	9,4	2,3	1,4	8,7	17,5	6,1	0,4	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,4	0,2	55,4	11,5	1,4	0,9	5,7	20,5	3,8	0,3	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	7,0	10,6	43,6	9,9	2,4	1,7	6,9	15,6	1,8	0,6	100,0
Pretos & Pardos	3,4	4,9	50,1	10,8	1,8	1,2	6,2	18,3	2,9	0,4	100,0
PEA Total	2,5	3,6	50,0	10,1	2,1	1,3	7,5	17,9	4,6	0,4	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIX. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, fev / 14 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	0,2	0,2	52,4	9,0	1,6	0,8	7,4	20,5	7,7	0,1	100,0
Mulheres Brancas	3,1	4,8	48,6	8,1	2,3	1,6	11,0	16,3	3,5	0,6	100,0
Brancos	1,6	2,3	50,6	8,6	1,9	1,2	9,1	18,6	5,8	0,3	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,5	0,3	55,7	10,1	1,2	0,8	6,4	21,3	3,6	0,1	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	7,0	9,9	45,9	7,8	1,9	1,5	7,7	16,0	1,8	0,6	100,0
Pretos & Pardos	3,4	4,6	51,3	9,1	1,5	1,1	7,0	18,9	2,8	0,3	100,0
PEA Total	2,4	3,3	50,9	8,8	1,8	1,1	8,1	18,8	4,4	0,3	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XX. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, fev / 13 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	2,5	1,0	28,3	25,8	25,0	20,1	26,4	29,8	46,4	12,5	27,1
Mulheres Brancas	32,0	33,6	23,0	21,9	31,4	34,3	33,0	20,3	20,3	35,6	24,0
Brancos	34,6	34,6	51,3	47,7	56,3	54,5	59,4	50,1	66,7	48,0	51,2
Homens Pretos & Pardos	4,6	1,7	29,2	30,0	17,7	17,6	19,9	30,2	21,5	17,9	26,4
Mulheres Pretas & Pardas	60,8	63,2	18,6	20,9	24,9	27,7	19,6	18,6	8,3	29,0	21,4
Pretos & Pardos	65,4	64,9	47,8	50,8	42,6	45,3	39,5	48,8	29,8	46,9	47,7
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXI. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, fev / 14 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	2,9	1,3	29,1	28,9	26,2	19,5	25,9	30,9	49,0	10,5	28,3
Mulheres Brancas	31,5	35,0	23,4	22,7	32,2	35,4	33,4	21,3	19,3	41,5	24,5
Brancos	34,4	36,3	52,5	51,6	58,4	55,0	59,3	52,2	68,4	52,0	52,8
Homens Pretos & Pardos	5,5	2,0	27,9	29,4	18,1	17,6	20,1	29,0	20,4	10,8	25,5
Mulheres Pretas & Pardas	59,8	61,5	18,7	18,3	22,6	27,4	19,7	17,7	8,3	35,1	20,7
Pretos & Pardos	65,3	63,4	46,6	47,6	40,7	45,0	39,8	46,6	28,8	45,9	46,2
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXII. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 13 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	27,3	11,7	4,1	2,1	0,7	4,5
Mulheres Brancas	21,6	13,4	5,4	3,3	1,0	5,7
Brancos	25,1	12,5	4,8	2,7	0,9	5,0
Homens Pretos & Pardos	22,1	12,9	4,1	2,6	1,7	5,2
Mulheres Pretas & Pardas	19,3	17,4	7,0	3,5	0,4	7,3
Pretos & Pardos	21,0	14,9	5,5	3,0	1,2	6,2
PEA Total	22,7	13,8	5,1	2,8	1,0	5,6

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXIII. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, fev / 14 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	26,3	10,7	3,5	2,0	0,4	3,9
Mulheres Brancas	40,8	13,3	4,9	2,5	3,7	5,3
Brancos	33,2	11,9	4,2	2,2	1,5	4,5
Homens Pretos & Pardos	26,9	11,7	3,7	2,0	0,3	4,4
Mulheres Pretas & Pardas	32,6	19,0	7,1	3,0	1,0	7,5
Pretos & Pardos	29,4	15,0	5,2	2,4	0,6	5,8
PEA Total	30,7	13,5	4,7	2,4	1,2	5,1

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXIV. Saldo de admissões (admitidos-desligados) no mercado de trabalho formal, Brasil, fev / 13 - fev / 14 (em número de trabalhadores)

	2013											2014	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Homens Brancos	28.825	30.606	51.931	1.073	12.413	-9.896	13.107	36.055	-3.992	-30.514	-168.150	12.622	51.522
Mulheres Brancas	38.471	29.152	27.599	12.392	19.334	-3.183	29.413	32.215	15.081	23.779	-106.621	-17.558	56.377
Brancos	67.296	59.758	79.530	13.465	31.747	-13.079	42.520	68.270	11.089	-6.735	-274.771	-4.936	107.899
Homens Pretos & Pardos	20.373	20.003	58.772	25.799	47.546	31.808	41.201	89.363	42.216	-4.014	-122.049	21.751	72.770
Mulheres Pretas & Pardas	19.540	18.154	33.996	21.894	34.946	17.902	29.468	36.196	25.740	44.021	-27.864	-9.214	47.433
Pretos & Pardos	39.913	38.157	92.768	47.693	82.492	49.710	70.669	125.559	67.956	40.007	-149.913	12.537	120.203
PEA Total	123.446	112.450	196.913	72.028	123.836	41.463	127.648	211.068	94.893	47.486	-449.444	29.595	260.823

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXV. Taxa de rotatividade no emprego com carteira assinada, Brasil, jan / 13 - jan / 14 (em %)

	2013											2014	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Homens Brancos	35,0	34,8	34,8	34,9	34,9	35,0	34,9	35,0	35,1	35,1	35,3	35,0	35,0
Mulheres Brancas	32,4	32,2	32,3	32,4	32,4	32,5	32,4	32,4	32,5	32,4	32,5	32,4	32,3
Branco	34,0	33,8	33,9	33,9	33,9	34,0	33,9	34,0	34,1	34,0	34,1	34,0	33,9
Homens Pretos & Pardos	47,9	47,7	47,7	47,8	47,8	47,8	47,8	47,7	47,9	48,0	48,6	48,5	48,6
Mulheres Pretas & Pardas	32,6	32,6	32,9	33,1	33,3	33,6	33,7	33,8	34,1	33,8	34,0	34,2	34,3
Pretos & Pardos	43,2	43,1	43,2	43,3	43,4	43,5	43,5	43,5	43,7	43,6	43,9	43,9	44,0
PEA Total	38,4	38,3	38,3	38,4	38,4	38,6	38,5	38,6	38,7	38,7	38,9	38,8	38,8

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: São desconsiderados desligamentos voluntários, por transferências, aposentadorias ou por falecimento do trabalhador.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).